

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O movimento municipalista e a política partidária

(Conferência realizada em 28 de novembro de 1948, em Araçatuba, São Paulo, pelo Dr. Rafael Xavier, Secretário-Geral do I.B.G.E.)

AS circunstâncias em que realizo esta visita à e progressista cidade de Araçatuba me causam impressão jubilosa e confortadora, como poucas tenho tido em minha já longa vida pública: a impressão de que a Campanha Municipalista de há muito ultrapassou a fase da sementeira, atingindo agora a do amadurecimento e colheita dos frutos da pregação pelo reerguimento e reabilitação de nossas comunas.

Numerosas cidades brasileiras tenho percorrido, incansavelmente, espalhando os nobres ideais que nos animam. Esses contatos, até algum tempo atrás, sempre me falaram à sensibilidade como ações de desbravamento e de fixação de balizas num terreno em grande parte impermeável, ainda, às solicitações lógicas e — não faz mal acrescentar — sentimentais do Municipalismo. Perdera-se, por este vasto interior em fora, mormente nas zonas mais atingidas pela decadência, aquela antiga e orgulhosa tradição de altivez e autonomia local que nos legaram, antes que quaisquer outros, os camaristas das vilas e cidades da Colônia e do Império.

Não que faltasse agora, aos homens do sertão, a velha fibra que tantas vezes vibrou em atos de rebeldia ou de simples afirmação corajosa de pontos de vista, em face de poderes mais fortes. A fibra é a mesma, bem o sei. E digo mais que é no homem municipal onde ainda se encontram as melhores reservas de energia e caráter do povo brasileiro. O que mudou, acaso, o que esmaeceu foi a consciência, não digo dos deveres, mas dos direitos e prerrogativas, firmados na lei e na história, que assistem à unidade primária de nossa estrutura político-administrativa, como elemento básico do organismo nacional. E esta falha — convém ressaltar — deve imputar-se não tanto aos homens do Interior, quanto aos altos dirigentes do País, que lhes inculcaram, pela prática viciosa do regime, o complexo de inferioridade municipal, ou melhor, a falsa certeza dessa inferioridade.

Que fizeram, nesse sentido, os pais da Pátria? Arrebataram à órbita comunal a maior parte das iniciativas que de fato e de direito lhe cabiam, no tocante ao desenvolvimento e melhoria da vida local. Dessoraram o Município pela sangria fiscal, para em detrimento dêle alimentar, até a indigestão, os erários federais e estaduais. Exploraram e — ai de nós! — ainda exploram política-

mente o Interior, na maré montante de cada consulta eleitoral, servindo-se do voto popular não para benefício do povo, através do exercício estrito e honesto do mandato, mas para ascender à custa dêle, em surtos de arrivismo, às culminâncias da efêmera glória nacional. Isto feito, votaram ao Município o mais integral descaso, passando a cuidar apenas dos altos negócios federais ou estaduais ou de crescer a fama pessoal. Por via desses processos, criaram um ambiente político-social de alta concentração metropolitana, para cuja falsa grandeza terminaram por ser canalizadas as energias tributárias dos Municípios. Com isto, acenderam no coração simples da gente do Interior o fogo da ambição desmesurada, propondo-lhe o fruto proibido, do fausto das capitais. Quantidades substanciais de energia humana desertaram os campos, congestionando as cidades. Decaíram, assim, as comunas. Enfraqueceu-se o poder local. A realidade quotidiana desmoralizou, na prática, o conceito e o preceito legal da autonomia do Município, que requer, que pressupõe capacidade vital para o seu exercício. Não é de admirar que o Interior tenha acabado por adquirir a errada noção ou o hábito mental da fatalidade dessa humilhante servidão.

O movimento municipalista veio, então, agitando espíritos, quebrando preconceitos, debatendo problemas, alargando horizontes — tudo no sentido de reintegrar o Município na consciência de sua missão e de seus direitos. Pregou um novo evangelho em que a lição bíblica da atribuição dos poderes humanos e divinos se transmudava na exigência social e política da distribuição equitativa dos valores nacionais: ao Município o que é do Município; ao Estado o que é do Estado; à Nação o que é da União.

Revolução pacífica — servindo-se apenas da arma do convencimento, suprapartidária — portanto alheia às ocasionais conquistas ou explosões políticas; do âmbito nacional — logo, desligada de quaisquer interesses meramente locais, a sua marcha tinha que ser ritmada, serena, seguindo a cadência do pronunciamento natural da opinião pública, posta em cheque ante o impacto de uma argumentação irresponsável. Aqui, como na natureza, não era possível dar saltos. O que era viável, o que se realizou, para satisfação nossa, foi o progressivo aceleração dessa marcha, na medida em que a evidência da ideologia municipa-

lista se tornava transparente aos olhos de toda gente.

Longe de mim — temperamento realista, afeito ao exame frio dos fatos — supor que teremos daqui por diante um mero passeio militar. Muito há ainda que lutar, sobejos obstáculos a vencer, longo caminho a palminhar, para obter a vitória integral que canta em nossos corações, e move as nossas vontades.

Entretanto, a existência deste vigoroso "Movimento Popular Municipalista", que realiza demonstrações de força como a que estamos presenciando; o fato da realização de Congressos de Câmaras Municipais, qual o que há bem pouco tempo se reuniu em outra cidade paulista, e a que tive a honra de comparecer; a eclosão de sentimentos de dignidade e autonomia municipal, de que nos dá eloqüente testemunho a moção que há poucos dias li, da Câmara Municipal de Belmonte — que representa isto tudo, senão a opulência da messe municipalista?

A minha presença entre vós — deveis sabê-lo — foi precedida de um intercâmbio epistolar em que trocamos, o animoso chefe de vosso movimento, Dr. Valadão Furquim, e eu, os pontos de vista pessoais acêrca das diretrizes do Municipalismo. Dais-me, agora, a oportunidade de ampliar e tornar públicas — se é que já não o fiz em dezenas de discursos, em parte enfeixados em livro — as minhas idéias a respeito do assunto.

Na opinião do vosso ilustre líder, o Municipalismo jamais terá possibilidade de êxito se não intervir no terreno político, através de uma estrutura partidária que vise a alcançar o poder para a realização dos seus objetivos. Também reconheço a importância do fator político para a vitória do Municipalismo: governo democrático e expressão de partidos e é através de uma obra de governo que se consubstanciarão as medidas por que propugnamos. Distingo, entretanto, a fase executiva da ação municipalista, da fase de concepção, inspiração, disseminação, propagação de suas idéias — fase, aliás, em que ainda nos encontramos agora. Para esta fase, ou melhor, para esta função, defendo a existência de um núcleo irradiador de princípios, neutro à política partidária, fora e acima das agremiações que lutam de per si para a conquista do poder, influenciando, entretanto, dessa posição eminente e insuspeita, a programação dos partidos e interferindo na opinião pública, no sentido da aceitação de suas diretrizes. Neste ponto está o pivô da divergência entre meu pensamento e o do Dr. Valadão Furquim.

Acha êle que a Associação Brasileira de Municípios — ou seja, êsse núcleo neutral de que vos falei — será uma espécie de grêmio de visionários, que jamais lograrão alcançar os ideais por que se batem, uma vez que renunciam a interferir nas lides partidárias. Para o Municipalismo — já o vimos — reclama o Dr. Furquim a armadura de um partido político, de âmbito nacional. Seria o Partido Municipalista Nacional, para o qual confluiriam as forças homogêneas de nossa ideologia. Ou isto, ou nada feito.

Meditai, entretanto. O Municipalismo marcha. O Municipalismo vence obstáculos. O Municipalismo convence homens públicos — e eu vos poderia citar uma longa lista dêles, a partir do Sr. Presidente da República, que em documentos públicos fêz inequívoca profissão de fé municipalista. O Municipalismo influenciou a redação dos dispositivos constitucionais que asseguram melhoria de renda às comunas, bem como aquêles que alargaram o sentido da autonomia municipal. O Municipalismo move em sua defesa a pena de escritores e jornalistas. O Municipalismo inspira a realização de Congressos Estaduais de Vereadores. O Municipalismo deu origem ao vosso movimento. O Municipalismo, muito recentemente, ecoou no Senado da República, como tema central de notável discurso. O Municipalismo tem o apoio valiosíssimo do titular da mais importante pasta ministerial, o ilustre Dr. Adroaldo Mesquita, idealizador de uma Fundação nacional para cuidar dos problemas comunais.

Tereis que admita a evidência: para tanto, não preexistiu um partido político. Em contrapartida, admito que os partidos, em ação de governo, sejam utilíssimos, indispensáveis mesmo à complementação prática do Municipalismo. E' interessante que os nossos princípios influenciem em grau crescente um número cada vez maior de agremiações políticas, não importando êste ponto de vista numa adesão ao funcionamento partidário. O que quero dizer é que quanto mais os partidos se fizerem eco dos princípios municipalistas, mais crescerão as possibilidades de efetivação desses princípios.

Está claro que tudo isto se aplicará, com razão especial, ao partido em que pretendeis constituir-vos, e faço votos para que tudo decorra na medida dos vossos desígnios.

O Municipalismo, ao meu ver, participa daquela ordem de valores que, por serem muito particulares, muito humanos, adquirem ressonância universal. Os que assistiram, lá poucos dias, no Rio de Janeiro, à admirável conferência que o Professor Alcides Greca pronunciou sobre Municipalismo e Eficiência Democrática; receberam uma lição magistral acêrca desse caráter singular do nosso movimento de idéias. O ilustre pensador e jurista argentino, cuja visita o Brasil tem a honra de receber, desdobrando aos nossos olhos o panorama continental das experiências em tôrno da vida comunal e sugerindo, como sugêiu em entrevista a um jornal, a criação da União dos Municípios Americanos, deu-nos a convicção do seguinte: o mesmo sentimento de afirmação de valores locais que, por exemplo, explode esplêndidamente em Araçatuba ou mantém serena e pacientemente esperançosos os dirigentes do mais abandonado torrão brasileiro, pulsa em cada uma das cidades ou pequenos "pueblos" da América Espanhola, interfere nas cogitações de homens públicos dos países irmãos e dá lugar, na república líder do Continente — os Estados Unidos — a um ambiente de alta especialização técnica em benefício do progresso comunal.

Parece-me, portanto, o Municipalismo muito aquém e muito além do alcance normal de um

partido, se bem que eu compreenda a exata posição municipalista em que desejais colocar-vos.

E, a despeito dessa posição, e sem prejuízo dela — bem entendido — mantenho o meu ponto de vista: a fonte de inspiração teórica do Municipalismo deve permanecer em território alto e neutro, alimentando as várias vertentes partidárias ou simplesmente ideológicas. Esta situação será uma garantia de que as suas águas se conservarão puras, impoluídas pelos venenos que intoxicam o nosso ambiente político.

A Inglaterra — modelo insuperável de sabedoria política — oferece nesse particular um exemplo adequado. A ideologia ali dominante, como sabeis, é o socialismo. O Instrumento de ação governamental do socialismo é o Partido Trabalhista. Mas o laboratório teórico do trabalhador é uma associação suprapartidária, composta de estudiosos dos problemas sociais e políticos, a Sociedade Fabiana. Ali reside a fonte primária do pensamento socialista inglês.

Por que não fazemos igualmente da Sociedade Brasileira de Municípios, ou que outro nome venha a ter, a fonte do pensamento municipalista?

Já deixei claro que não ponho em dúvida os vossos intuitos, quando pretendais organizar-vos em partido político. Tenho-os, pelo contrário, na mais alta conta. Sei que possuís da política uma concepção elevada: não azeis dela um fim, mas um meio, pelo qual pretendeis pôr em prática o Municipalismo, e, em sentido geral, um instrumento de realização do bemcomum. É a política — ciência de governo e administração, arte de competir democraticamente pela posse do governo e da administração para a execução de programas definidos. A charada "Política com P grande", como a indicamos, para distinguir da tão arraigada e generalizada "política com P pequeno", da baixa politicagem que se agita por este País em fora.

Deveis, entretanto conhecer o perigo que correm os mais puros ideais ao contato com esse ambiente político. Numa das cartas que me escreveu, o Dr. Valadão Furquim revela justamente a sua completa desilusão das práticas políticas vigentes. A seu ver o Partido Municipalista deve formar-se e crescer à margem dos partidos atuais, dos quais nada mais haveria a esperar. Onde, entretanto, encontra o novo, o inédito material humano a ser recrutado para tal fim? No final das contas, não virá ele a ser o mesmo material que constitui os quadros dos demais partidos? Esse material não será, em essência, o próprio povo brasileiro, com as suas qualidades e os seus defeitos, antes de tudo com a sua deseducação e imaturidade política? É fácil, nos limites de um pequeno quadro partidário, supervisionar as atividades dos adeptos e zelar a aplicação ortodoxa do programa. Num grande quadro, composto de milhares de pessoas, com numerosas ramificações regionais ou locais, esse controle é impossível, entre nós.

Não me toneis por um pessimista irredutível. Sou um idealista consciente da relatividade das

ações humanas e alerta ao realismo dos fatos. Se assim vos falo, é não só na qualidade de bom amigo, que avisa e adverte, mas também em defesa do ponto de vista que já expus.

Quanto ao mais, não estou aqui para dar lições, mas para receber o influxo do vosso entusiasmo e do vosso idealismo. Aqui estou também para trazer-vos, em resposta ao honroso convite de que fui alvo, o testemunho e o tributo de minha experiência à vossa nobre iniciativa.

O profundo e alongado estudo que tenho feito dos problemas municipais levou-me a esta conclusão fundamental: enquanto perdurar o atual sistema de distribuição das rendas públicas, não poderá o Município libertar-se dos males que o assobram. Em todas as oportunidades, venho batendo nesta tecla, mostrando aos que me ouvem, com dados concretos, a situação de penúria financeira em que vivem as comunas brasileiras, em confronto com a arrecadação da União e dos Estados. Tenho diante dos olhos, neste momento, o quadro da receita pública do Estado de São Paulo no período de 1940-1947.

Em 1940, a União arrecadou 1.304.399 mil cruzeiros, o Estado 878.204 mil cruzeiros, a capital 203.769 mil cruzeiros e o Interior 159.857 mil cruzeiros. Ou, em números relativos, 51,2, 34,5, 8,0 e 6,3 por cento, respectivamente. Assim, naquele ano, mais da metade das rendas públicas de São Paulo — expressão financeira do notável esforço econômico dos seus filhos — foram canalizadas para os cofres da União; cerca de um terço para os do Estado; quase um décimo foi absorvido pelos serviços públicos da capital, restando para os duzentos e setenta Municípios do Interior, fonte originária dessas rendas, a migalha de pouco mais de cinco por cento.

Vejam, porém, a evolução do fenômeno. Oito anos depois, as rendas da União, após ligeiro decréscimo nos anos da guerra, estavam no nível dos 57,6%, com 5.050.278 mil cruzeiros. As do Estado, com algumas oscilações, mantinham-se praticamente inalteradas, com 3.147.485 mil cruzeiros, ou 35,9%. Quanto aos Municípios, o da Capital arrecadou 379.110 mil cruzeiros (4,3%) e os do Interior, em conjunto, 197.879 mil cruzeiros (2,2%). Quer dizer: as rendas da Capital ficaram reduzidas à metade, considerada a sua percentagem no cômputo geral, e as do Interior, diminuindo de ano para ano, reduzidas à terça parte. Repetindo: os Municípios paulistas arrecadaram, em 1940, 6,3% do total da renda pública no Estado; em 1947, arrecadaram apenas 2,2% dessa renda, perdendo-se, quase, essa ridícula quota-parte, no balanço geral!

Quereis melhor retrato da servidão municipal? Que poderão fazer as autoridades dirigentes das comunas, com tão poucos meios, para impulsionar o progresso local?

E isto, Senhores, é São Paulo, o Estado mais progressista da Federação, honra da civilização brasileira, marco avançado de nossa cultura. O espírito do bandeirismo, que é uma constante em sua história, semeou cidades, suscitou riquezas,

abriu linhas de comunicação por todo êste vasto interior. Araçatuba é um dos mais belos frutos dêste esforço de interiorização do progresso. Há pouco mais de trinta anos, o solo em que hoje pisamos era território bravo e desconhecido, por onde pervagavam índios. Em seis lustros, portanto, seguindo a picada aberta pelo trem de ferro, a civilização penetrou êste "hinterland", levantando uma cidade que honra não só os paulistas, mas os brasileiros em geral, numa soberba demonstração do poder de interferência do homem sôbre as condições ambientais mais adversas.

Não me admiro, portanto, do que justamente em Araçatuba tenha surgido, pela iniciativa dos seus filhos mais ilustres, o Movimento Popular Municipalista. Êsse movimento, entretanto, não teria razão de ser se, entre vós, entre as populações do Interior em geral, tudo corresse às maravilhas, e a vida fôsse um mar de rosas. Se vos levantastes, empunhando a bandeira da emancipação municipalista, é que há cadeias a quebrar, males a combater.

O quadro que acabo de comentar constituiria um argumento insuperável em prol de nossa campanha. Mas, como vos disse, tendes aí apenas um aspecto parcial, da Nação, e o mais razoável que possamos apresentar. Sômente quem, como eu, conhece o Brasil de Norte a Sul, pode ter uma idéia da miséria geral que reina por aí afora, compondo, de nossa terra e de nossa gente, um dos mais tristes retratos. No sul do País, onde as condições de clima e uma política administrativa menos desastrosa tem evitado a decadência total do Interior, ainda podemos dar mostras de uma Nação grande e civilizada. Outras regiões, porém, parecem manifestações extraterritoriais dos países mais atrasados do mundo — da Índia e da China, por exemplo.

Os Municípios, salvo um ou outro caso de milagrosa reação ao aniquilamento, vivem a modorra dos territórios abandonados ou esgotados em sua capacidade criadora. E' imenso o contraste entre a civilização que ostenta o seu esplendor e as suas luzes nas três ou quatro grandes capitais brasileiras, e o primitivismo de vida reinante nas maiores áreas de nossa carta geográfica.

Creio que não vos falo de um país de lenda porque aqui mesmo em vosso Estado, no magnífico São Paulo, sentis apertar-se em tórno de vós a ronda sinistra das necessidades. O trono do café, está seriamente abalado. Outras lavouras básicas vêm-se comprometidas por uma série de fatores maléficis, desde a erosão do solo até a devastação pelos insetos daninhos. Fala-se em reforma agrária, a idéia palpita nos parlamentos, mas, de tanto aguardar a sua efetivação, o povo perde as esperanças, transferindo-a, quando muito, para as gerações futuras... Já não oferecendo as áreas em decadência elementos de vida e progresso, as populações abandonam a terra, perseguindo a miragem do progresso industrial nas cidades superhabitadas.

Que destino poderemos prever para um país que assim se entrega à autodestruição, que vê o

sangue desertar-lhe as veias e continua politizando, discutindo bizantinices, enredando-se em mil questiúnculas domésticas, como se daí esperasse surgir, nascendo do nada, a mezinha miraculosa que há de curar todos os males?

No entanto, a solução é uma só. Não me canso de citar o grande e lúcido Alberto Tôrres, que há anos atrás analisou com profunda sabedoria a origem de nossos infortúnios: "Nosso problema" — dizia êle — é o problema de nossa organização; e a primeira coragem de que nos cumpre dar provas, é a longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar com vigor e inteligência o esforço múltiplo e vagaroso da construção de nossa sociedade. E' uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir e que incumbe à nossa geração".

A geração de Alberto Tôrres, fechando os ouvidos e a inteligência à sabedoria de suas palavras, falhou na missão que êle lhe assinalava. A nossa geração tão pouco soube desincumbir-se dela. Continuamos excessivamente preocupados com o lado meramente político das questões, quando o fator econômico cada vez mais se avanta, ditando, por assim dizer, as atitudes fundamentais de outros países. E, por falar em países, é com vergonha e tristeza que devemos olhar o exemplo das nações européias sacrificadas por duas guerras e que renasceram das cinzas da catástrofe, com singular capacidade de permanência e superação. A vida brota outra vez, com seu encanto e sua energia espontânea, das ruínas das cidades e campos da Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Itália, Polônia, Alemanha. O Brasil, ao contrário, que não teve guerras dentro do seu território, e cujo destino histórico ainda não se cumpriu, parece sofrer um envelhecimento prematuro, que começa pelas células da Nação, pelos Municípios.

E' preciso, é urgente injetar sangue novo no organismo nacional amenizado, vitalizando-lhe as energias municipais. Considerai êstes números: em 1946, a receita federal correspondia a 53,5% do total da receita pública e a estadual a 32,61%, cabendo às Municipalidades a ínfima percentagem de 7,43. Nesse mesmo ano, o Distrito Federal arrecadou 6,46%, o que importa nesta monstruosidade: um único ponto do território nacional, aquêle que importa a sede do govêrno, iguallou, quase, em rendas, a totalidade dos 1.669 Municípios brasileiros. Convém ainda acentuar que, quando falamos em municipalidades, incluímos as das capitais dos Estados e Territórios. Estas, em número de vinte e poucas, abservem a metade da receita geral das comunas. Assim aconteceu em 1946, quando as capitais arrecadaram 3,50% e os Municípios do Interior, 3,9% da renda global.

A reação contra a iniquidade dêsse sistema tributário, iniciada patriôticamente pelos Constituintes de 1946, deve prosseguir, aumentar de intensidade, pois de outra maneira as pequenas vantagens conseguidas no Estatuto de 18 de setembro, ao invés de se alargarem, terminarão neutraliza-

das por contra-medidas do fisco estadual, ou perderão os seus efeitos em face de novas dificuldades. A atual melhoria das rendas municipais é apenas um ponto de partida para a execução de um largo programa de recuperação.

Esta é a obra máxima que incumbe aos brasileiros de boa vontade. Falei em nossa tendência para deter o olhar na superfície política da realidade nacional, sem descer à análise do subsolo econômico, onde estão as causas de nossos desajustamentos sociais. Realmente: há poucos dias solenizamos o terceiro aniversário da restauração democrática do regime. De que maneira, entretanto, completamos a obra política de 29 de outubro, de sorte que êle tivesse as mais profundas repercussões econômicas e sociais? Respondem as crescentes dificuldades de vida do povo brasileiro, respondam os percalços atuais de nossa economia — a mesma economia indisciplinada e aleatória que herdamos dos dirigentes coloniais, sujeita aos caprichos dos mercados internacionais. E de que maneira procuramos solucionar ou simplesmente enfrentar a tremenda crise que nos assoberba? Falem os cabeçalhos dos nossos jornais, que supostamente registram os assuntos mais importantes do momento. De há quase um ano a esta parte as *manchettes* vêm sendo monopolizadas pelo problema número um da nação: o aumento dos vencimentos do funcionalismo público... Felizmente a verve justiceira dos caricaturistas destrói, na mesma primeira página dos jornais, o sonho de ópio do nosso pobre povo. As *charges* mostram o aumento dissolvendo-se como açúcar no oceano da crise brasileira, ou melhor, levando a pior na maratona clássica entre os salários e os preços.

Enquanto o funcionário público e o empregado particular apelam para fictícios aumentos, outros apelam para o "golpe", não deixando os aumentos de ser uma espécie modesta de "golpismo". Vivemos, realmente, sob êsse signo. Longe vão os tempos em que se impunham e medravam os valores reais nos diversos setores de atividade, dos mais obscuros aos mais eminentes. O comerciante vivia do desenvolvimento natural do seu capital. O agricultor contentava-se com o fruto de sua la-

voura. O trabalhador manual conhecia a arte de viver do exercício honesto de uma profissão ou arte. Havia certo equilíbrio, e um senso geral de proporções. Hoje, vive-se do "golpe", que está subentendido maldosamente em toda situação próspera, ou patente em fortunas surgidas do dia para a noite. Até no ensino entrou o "golpismo", a partir daquele ano liminar de 1930, que marca em nosso calendário a primeira "passagem" por decreto...

Urge uma reforma de alto a baixo na mentalidade brasileira. Não só no sentido de restaurar as normas de dignidade na vida pública, mas também no de fazer ascender ao primeiro plano das cogitações os problemas básicos da nação. A discussão pública de problemas como o do petróleo é sinal de que não é mais possível, apesar de tudo, nem aos partidos nem aos governos fazer a política pela política, como nos tempos áureos do liberalismo, em que Estado e Sociedade giravam em esferas estranhas e distanciadas. Essas esferas, e todas as que lhes são intermédias, giram hoje concêntricamente, transformando a missão de governo em um complexo vastíssimo de atribuições e iniciativas em todos os setores da vida nacional.

Devemos convencer-nos de que nem só de política e de ilusórias medidas de emergência vive o brasileiro, mas de realidades vivas e fundamentais. O espírito novo que se criou no País, movido por esta evidência, encontra-se, mais do que em qualquer outra parte, na essência do mais puro pensamento municipalista. O Município, que no passado exprimiu os sentimentos de uma nacionalidade em formação, está outra vez com a palavra, indicando-lhe os rumos do futuro. Êle é a intuição profunda da Pátria, guiando-lhe os passos.

Esta intuição está presente aqui em Araçatuba, onde surgiu o Movimento Popular Municipalista. Do meu velho pôsto de luta, ficarei atento às vossas atividades, tão promissoriamente inauguradas. E unidos estaremos, por sobre as divergências acidentais, no sentimento comum da grandeza e prosperidade do Brasil.

* *

*

ANÁLISE ESTATÍSTICA é a aplicação aos dados de fenômenos de massa já coligidos dos processos de estudo que fazem parte da estatística metodológica.

* *

*

CENSO é o resultado do levantamento estatístico que incide sobre a totalidade dos indivíduos componentes do conjunto que constitui o objeto de estudo.